

342.902.33 (81)

Depósitos judiciais: correção monetária conforme a inflação real (*)

JORGE JOÃO MARQUES DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça — SP

AÇÃO CIVIL PÚBLICA N.º 615/92 — Ibitinga
Ministério Público — Nossa Caixa-Nosso Banco S.A e Outra

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Ibitinga.

“O Ministério Público é outra árdua atividade do jurista. É um advogado cujo cliente não fala, não vê, não ouve, não tem amigos nem parentes. Esse cliente é a lei. E tem inimigos poderosos; todos aqueles a quem não convém que ela se cumpra, sejam indivíduos, sejam autoridades. Daí uma grande dose de coragem e não só, de combatividade. Violada a lei, o Ministério Público sai imediatamente a campo. Não é preciso que outra pessoa venha chamar a sua atenção, pedir a sua intervenção, que outra autoridade apure o fato...”

Prof. Haroldo Valladão.

Ação Civil Pública (com pedido de liminar)

O Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Promotor de Justiça ao final subscrito, com fulcro no disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; nos artigos 81, inciso II, 110, 111 e 117 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como na Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), vem, perante Vossa Excelência, propor a presente Ação Civil Pública, com pedido de liminar **inaudita altera pars**, para defesa de todas as pessoas (física ou jurídica) que possuem ou possuíram conta judicial na Comarca de Ibitinga (abrangendo as cidades de Iacanga, Tabatinga e Ibitinga), em relação às instituições financeiras Nossa Caixa — Nosso Banco S.A., com sede na Rua 15 de Novembro n.º 111, e Banco do Estado de São Paulo S.A., situado na Rua Boa Vista n.º 263 (ou Praça Antonio Prado n.º 6), ambas na cidade de São Paulo, pelas razões de fato e de direito a seguir declinadas.

I — Dos fatos

Ultimamente o autor tem recebido inúmeras reclamações de pessoas titulares de contas judiciais junto aos Bancos requeridos, as quais afirmam se sentir lesadas pela

(*) 2.º Lugar na classificação do Concurso “Melhor Arrazoado Forense”, série 91/92

não incidência da correção monetária nos depósitos, no mesmo patamar da inflação verificada no mês, com maior intensidade nos últimos cinco planos de estabilização econômica; insurgem-se, ainda, os reclamantes contra o não pagamento pelos demandados da correção monetária **pro rata die** quando a Justiça autoriza o resgate do valor depositado.

A relação entre o Poder Judiciário e os Bancos referidos, no que pertine aos depósitos judiciais, está disciplinada no Provimento n.º 257, do Conselho Superior da Magistratura, publicado no DOE no dia 12 de novembro de 1985, que entrou em vigor no dia 1.º de janeiro de 1986, estabelecendo:

"1 — Os depósitos judiciais de quantias em dinheiro serão feitos na Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. — CEESP ou no Banco do Estado de São Paulo S.A. — Banespa, mediante abertura de contas judiciais numeradas, com juros legais capitalizados, mais a correção monetária **pro rata die**, sem limite de depósito e dispensada a emissão de cadernetas correspondentes."

Constata-se, então, que ambos os reclamos dos titulares de contas judiciais encontram guarida na disposição provimental supra.

Nos últimos seis anos, de cinco planos econômicos editados pelo governo federal, com o objetivo de debelar a inflação (Cruzado I, Cruzado II, Verão, Collor I e Collor II), viu-se a sociedade brasileira às voltas com uma sucessão interminável de decretos-leis, leis, medidas provisórias, regulamentos, portarias, circulares, etc., que alteraram profundamente a ordem jurídica e a econômica, criando moedas novas (cruzado, cruzado novo e cruzeiro novamente) e estabelecendo vários índices medidores da inflação (ORTN, UPC, OTN, BTN, TR, TRD, IPC).

Debalde o desassossego e a intensa discussão que esses planos geraram, a grande verdade é que a inflação jamais deixou de existir. Foi escondida, principalmente dos incautos e dos indefesos — segundo lapidar conceito do Juiz Sena Rebouças, do 1.º Tribunal de Alçada de São Paulo — (entre os quais os poupadores e os assalariados), pelos passes de mágica das intervenções do Estado no mundo econômico, para lucro de todos os devedores, a começar do próprio Governo Federal, administrador de uma enorme dívida interna. Inegável o enriquecimento sem causa dos Bancos demandados, que se valem dos atalhos abertos pelos planos econômicos e, malgrado recebam de seus devedores quantias superiores aos índices reais de inflação, como remuneração do dinheiro colocado em circulação, deixam de usar a mesma regra quando têm que corrigir os valores que captam no mercado de aplicação, como nas contas judiciais, remunerando-as com percentuais fictícios, bastante aquém da elevação do custo de vida, qual se o processo inflacionário estivesse contido.

Nesse diapasão, nos meses de junho de 1987, janeiro de 1989, março, abril e maio de 1990, as contas judiciais foram corrigidas pela Caixa e pelo Banespa, em percentuais bem inferiores à escalada inflacionária medida pelo IPC — Índice de Preços ao Consumidor.

Fácil verificar:

MÊS/ANO	OTN/BTN	INFLAÇÃO IPC	CORREÇÃO BANESPA	CAIXA
JUN/87	18,02	26,06%	18,02%	18,02%
JAN/89	0	70,28%	22,35%	22,35%
MAR/90	41,28	84,32%	84,32%	4,41%
ABR/90	0	44,80%	0	0
MAI/90	5,38	7,87%	5,38%	5,38%

Diferenças entre a correção concedida pelos Bancos e a inflação real:

MÊS/ANO	BANESPA	CAIXA
JUN/87	8,04%	8,04%
JAN/89	47,93%	47,93%
MAR/90	—	79,91%
ABR/90	44,80%	44,80%
MAI/90	2,49%	2,49%

Os requeridos, conquanto, devem ressarcir as pessoas titulares das contas judiciais, remunerando estas com os índices que refletem a inflação real, ou seja: 26,06%, 70,28%, 84,32%, 44,80% e 7,87%, respectivamente nos meses de junho/87, janeiro/89, março/90, abril/90 e maio/90, desconsiderando a correção que concederam nesses períodos.

Da mesma forma deverão proceder em todos os meses subseqüentes a janeiro de 1986, sempre que as contas forem corrigidas obedecendo percentuais menores do que aqueles atinentes à inflação baseada no IPC.

Somente com esse procedimento os Bancos estarão cumprindo o Provimento n.º 257 já mencionado, que, fazendo lei entre as partes, manda remunerar as contas judiciais com "juros legais capitalizados, mais a correção monetária **pro rata**". Não se faculta ao Banco, é curial, escolher o índice de remuneração das contas judiciais, menos ainda se a sua opção for pelo menor deles. E, tampouco se admite que a correção dos depósitos se faça com a amputação de uma fatia da inflação mensal. Também não se confunde o depósito judicial com a "caderneta de poupança", não ficando aquele adstrito às regras desta, notadamente se prejudicial ao hipossuficiente (menores, interditos, etc.).

Em síntese, as contas judiciais devem ser corrigidas, mensalmente, conforme a intensidade da inflação real, medida pela variação do IPC, mais os juros legais. Senão, em prejuízo do depositante, haverá um ganho ilícito do depositário.

II — Do Direito

É indiscutível que a inflação real medida pelo IBGE, com base no IPC, nos meses atrás mencionados, não pode ser desprezada e, tampouco, podem ser aplicados índices de menor expressão, sob pena de se prejudicar sensivelmente os titulares das contas judiciais e gerar, ao arrepio do direito positivo e do bom senso, um ganho sem causa aos Bancos acionados.

II.1 — Depósito bancário — Conceito — Características

Ensina o eminente Desembargador José Celso de Camargo Sampaio, que: "Uma das atividades mais típicas do comércio bancário são o depósito e a conta corrente. Através delas os Bancos captam e recolhem a maior parte do capital necessário ao desempenho de sua função econômica, máxime, de financiador e prestador de dinheiro.

De começo, é bom evidenciar que o depósito bancário se distingue do depósito tradicional. Possui, inclusive, características próprias".

Giacomo Molle, assim o conceitua: "O depósito bancário é um contrato *sui generis*, pelo qual é normativa a intervenção do banco e se caracteriza pela obrigação deste último de estar à disposição do depositante para restituir a soma de dinheiro a ele confiada e da qual adquiriu a propriedade".

Messineo diz: “É o contrato em virtude do qual o Banco pode servir-se do dinheiro que recebe da clientela, mas o poder de uso é somente consequência do fato de o mesmo converter-se em proprietário do dinheiro com a obrigação de restituir o **tantumdem**”.

Entre nós, a clareza de Pontes de Miranda: “O depósito de dinheiro feito no Banco, faz o Banco adquirir a propriedade do que se depositou. Daí nasce o dever de restituição na mesma espécie quando o exija o depositante, ou quando chega ao termo que se fixou”.

Nas suas **Instituições de Direito Civil**, Caio Mario da Silva Pereira define depósito bancário como “aquele pelo qual uma pessoa entrega uma quantia em dinheiro a um banco, o qual adquire a sua propriedade, obrigando-se a restituir-lhe na mesma quantidade e na mesma espécie monetária, quando lhe for exigida”.

Novamente a lição de Camargo Sampaio: “Dos conceitos analisados, depreende-se que:

- a) o depósito bancário tem sempre por objeto uma soma em dinheiro;
- b) o Banco assume a obrigação de devolver a importância monetária na mesma quantidade e qualidade;
- c) ao Banco assiste o direito de utilizar o dinheiro depositado como bem lhe aprouver, sem necessidade de consultar o depositante;
- d) constitui negócio de crédito, pois o depositante transfere a propriedade da soma pecuniária ao Banco, para receber, mais tarde, o dinheiro na mesma quantidade e qualidade;
- e) o contrato de depósito bancário pressupõe sempre, como depositário, um estabelecimento de crédito autorizado.

Muito importante a análise da questão da transferência da propriedade da coisa depositada, que passa, no depósito bancário, da propriedade do depositante para a propriedade do depositário.

E essa transferência de propriedade gera efeitos jurídicos importantes e consideráveis as consequências daí resultantes.

Em verdade, se a coisa foi entregue ao depositário bancário, dando-se a tradição, o numerário passou a ser propriedade do depositário, arcando ele, portanto, com os riscos tocante a eventual perecimento ou deterioração da coisa.

Aplica-se, como uma luva, o princípio adotado, em vários passos, pelo nosso direito, isto é, **res perit domino**, segundo o qual, se a coisa perecer ou se deteriorar em poder de seu dono, sofrerá este os prejuízos decorrentes”.

Feitas essas considerações acerca do “Depósito bancário”, impera que se aprecie o instituto da “Correção Monetária”, seu conceito e aplicação, a fim de que melhor se possa sentir sua incidência no caso em epígrafe.

II.2 — Correção monetária — Conceito e aplicação

A correção monetária foi implantada no Brasil a partir de 1964, quando o Ministro Roberto Campos desencadeou a reforma econômica que denominou “cirurgia econômica sem anestesia”, buscando evitar o aviltamento da moeda diante da corrosão inflacionária. Dali para cá a correção monetária passou a fazer parte do dia-a-dia dos brasileiros. Igualmente a inflação.

E o que é a inflação?

Para o Ministro Delfim Neto, “a inflação nasce do **deficit público**, ou seja, do fato do governo federal gastar mais do que arrecada”. Na esteira disso, os preços públicos e privados elevam-se na expectativa da inflação futura, não sendo acompanhados pelo poder de compra dos salários. Resultado: os poucos que muito têm, aguçando o mercado especulativo, conseguem mais, ao passo que os muitos que têm pouco ficam com menos. Fácil perceber que o flagelo da inflação (os antigos chamavam de carestia) atinge com maior rigor os assalariados e os pequenos poupadores. Estes, mesmo com a correção integral de seus depósitos, não conseguem a proteção do dinheiro em face do aumento dos preços da alimentação, do vestuário, dos eletrodomésticos, etc.

A expressão “correção monetária” é inapropriada. Como já acentuou o professor Bernardo Ribeiro de Moraes, “é imprópria, eis que significa, tão-somente, reavaliação, visto que não se altera a moeda, mas apenas se reavalia, em termos de moeda, tal ou qual débito”.

Conclui-se, destarte, que a correção monetária, que nada acrescenta ao dinheiro, apenas reavalia o seu valor monetário, deve retratar — sem pôr nem tirar — a figura inteira da inflação. Não havendo esta, e só assim, dispensa-se aquela.

Oportuna, aqui, a lição do ilustre Juiz Sena Rebouças, na Apelação Cível n.º 434.987-5, do 1.º TACivil de São Paulo:

“Sempre que houver inflação, Juízes e tribunais levarão em conta o fato econômico, corrigindo os valores para evitar o enriquecimento sem causa de devedor (cf. Julgados desta Câmara, no Boletim da AA-SP 1.646/160, 1.661/251, 1.683/73), presente a advertência de Ludwig Nies de que o ‘nominalismo’ é menos do que um direito cogente; é um princípio que deve ser protegido, mas que também comporta afastamento...”

Ocorrendo inflação, não pode ser ignorada pelos tribunais, mesmo que faltem ou falhem os índices do Governo, fórmulas substituíveis até pela perícia, em cada processo. Esta Câmara deixou consignado, inclusive em acórdãos anteriores, que a correção monetária em época de inflação é instrumento de Justiça (RT 642/148 e 646/111). A partir da descoberta legal desse mecanismo, ele se livra da origem econômica, e nenhum Juiz, em sã consciência, despreza um instrumento de Justiça”.

Pela abrangência do significado, vale pinçar do exposto a frase lapidar: **A correção monetária em época de inflação é instrumento de justiça!!!!!!**

A troca de moeda, outrossim, não pode ser desculpa para que neste ou naquele período, implantado este ou aquele plano econômico, se escamoteie, se afaste, se esconda a correção monetária. A esses planos, cabe a pergunta: houve inflação? Se houve, a correção é necessária, imprescindível.

Novamente a ilustração e a coragem de Sena Rebouças, na Apelação Cível n.º 426.304/1:

“Mascarando o processo inflacionário (afirmando ou fingindo que ele não existe, institucionalizando o conto da ‘moeda forte’ (que nunca deixou de ser a mesma moeda fraca com outro nome), também se oculta o lucro que a inflação traz para o próprio Estado devedor. O processo que era aberto passa a ser oculto, mas continua existindo. A inflação é lucrativa na medida em que transfere riqueza dos credores, para os devedores...”

Sempre que, havendo inflação, o fato é ignorado por qualquer motivo (pela lei ou pela sentença), há transferência de riqueza. O credor empobrece (tem diminuído o seu crédito em valor real), o devedor enriquece (tem diminuídos os seus débitos), na medida da inflação”.

Tão grave e tão atual se mostra o problema da correção monetária que os representantes das Associações dos Magistrados presentes ao simpósio sobre a “Decisão Judicial e a Inflação Monetária” (Rio de Janeiro/1975) fixaram posição no sentido de não ser a norma estatuída no artigo 1.061 do Código Civil suficiente para a efetiva “*restitutio in integrum*”, frente à incontestável desvalorização da moeda. De outra parte, ficou assentado o propósito de se evitarem situações em que a não aplicação da correção monetária conduz a locupletamento injusto de um, em prejuízo flagrante de outrem.

Nem se diga, além, que a correção dos depósitos judiciais obedece, legalmente, a variação dos índices OTN/BTN. A matéria já foi exaustivamente analisada pelos Tribunais, notadamente pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, ao apreciar o disposto no artigo 33, do Decreto-lei n.º 2.284/86 (Plano Cruzado), no momento da conversão das ORTNs em OTNs, conforme Incidente de Uniformização de Jurisprudência na Apelação Cível n.º 114.244-2 — Itanhaém — Relator Des. Carlos Ortiz, que concluiu pela aplicação do IPC no cálculo da correção.

O culto Juiz Vasconcellos Pereira, no Agravo de Instrumento n.º 470.108-0, do 1.º TACivil de São Paulo, corroborou o entendimento:

“De fato, nascido com o desiderato de prover o Tesouro Nacional de recursos, afora servir de referência monetária, o BTN assumiu o papel de indexador, a partir da Lei n.º 7.777, de 19.6.1989. Esta, no entanto, prevê expressamente critérios ao reajuste, pois estipula no artigo 5.º, § 2.º: ‘O valor nominal dos BTN será atualizado mensalmente pelo IPC’. Permite à Fazenda Nacional, outrossim, emitir BTN com cláusula alternativa de opção de atualização cambial baseada na variação da cotação do dólar norte-americano (§ 3.º, art. 5.º). Bem feitas as contas, o BTN deveria refletir precisamente a intensidade da inflação mensal, cumprindo ao BTN Fiscal indicar a inflação diária. Por isso que sua modificação periódica ficou atrelada à variação do Índice de Preços ao Consumidor — IPC, que nos termos do Decreto n.º 92.427, de 25.2.86, afere as oscilações do nível geral de preços, cabendo a feitura dos cálculos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É índice oficial. À vista desse quadro... é possível concluir que o emprego de metodologia extravagante, a fim de assentar o valor nominal de BTN em quantia inferior à efetiva oscilação de preços revelada pelo IPC, contraria o comando legal. Nesse caso o indexador não logra espelhar plenamente a inflação do período cogitado; o BTN, quando assim ocorre, perde a função de referencial da moeda, e não se presta a impedir que o credor sofra os reflexos da espiral inflacionária”.

Em voto proferido no Plenário do Augusto Supremo Tribunal Federal, o Ministro Moreira Alves ressalta que a correção monetária não é sequer atualização verdadeira do valor intrínseco da moeda, e mais adiante adverte: “temos, no Brasil, diferentes indicadores de correção da moeda, quando é certo que se ela se destinasse a equiparar o valor nominal ao valor de troca, o índice necessariamente seria único: o verdadeiro” (RTJ 117/308).

É evidente que os Bancos demandados deveriam e devem corrigir os depósitos judiciais consoante o IPC nos períodos apontados (planos Cruzado I, Cruzado II, Verão, Collor I e Collor II), bem como em todos os meses subsequentes a janeiro de 1986, sempre que o índice de recomposição da moeda for inferior à inflação,

ressarcindo o prejuízo considerável dos titulares das contas e desfazendo, com tal procedimento, o processo de enriquecimento sem causa.

Vejam-se a respeito de cada período mencionado, em que a inflação foi camuflada, a manifestação segura e coerente da jurisprudência:

“CORREÇÃO MONETÁRIA — Débito relativo ao período de congelamento instituído pela Reforma Econômica de 1986 (“Plano Cruzado”) — Atualização mediante a utilização da variação *pro rata* das OTN, conforme o IPC mensal” (REsp. 2.975 — RJ — STJ, 3.ª T. — j. 13.8.90 — rel. Min. Cláudio Santos — DJU 22.10.90).

“CORREÇÃO MONETÁRIA — Intervenção do Estado na economia — Plano Verão. Inflação registrada em janeiro de 1989, que não pode ser ignorada pelos tribunais, sob pena de o processo econômico gerar o enriquecimento sem causa. Posição do Judiciário. Voto vencedor”. (1.º TACivil — 2.ª Câmara; Ap. n.º 447.255/3 — Santo André; rel. Juiz Bruno Netto; j. 18.4.90; v.u.).

“CORREÇÃO MONETÁRIA — Inclusão na condenação dos índices de inflação dos meses de março, abril e maio de 1990 medidos pelo IBGE (IPC) — ADMISSIBILIDADE. É indiscutível que a inflação real medida pelo IBGE, para os meses de março, abril e maio de 1990, não pode ser desprezada e, tampouco, podem ser aplicados os índices de menor expressão do BTN. Estes, efetivamente, não revelariam a verdadeira inflação ocorrida naquele período, prejudicando, se incidentes na espécie, de modo bastante sério, os interesses dos ora agravantes” (TJSP — 12.ª Câmara; Ag. Inst. n.º 168.754-2-SP; rel. Des. Mariz de Oliveira; j. 26.2.91; v.u.).

Finalizando o tópico concernente à correção monetária como instrumento de recomposição da moeda, atente-se para o escólio do Mestre Camargo Sampaio: “Em verdade, a correção monetária hoje prevista, inclusive no sistema normativo, decorreu, como se sabe, de um ingente esforço da jurisprudência, da intervenção do Juiz para adaptar o contrato à realidade subjacente. Ao verificar que a inflação transfere riqueza do credor para o devedor, tem-se a ruptura da base negocial e o conseqüente desequilíbrio na equivalência das prestações, que, no dizer do Professor Clóvis do Couto e Silva, permite a adaptação do contrato à realidade. A inflação é uma realidade palpável entre nós. A responsabilidade do Banco depositário, no caso em estudo, se mostra inafastável. Sua obrigação é devolver o dinheiro que foi depositado devidamente corrigido, ou seja, na mesma quantidade e qualidade”.

Assim se dando, evitar-se-ia o enriquecimento sem causa dos demandados, que usaram o dinheiro depositado, colocaram-no no mercado financeiro, deram-no por empréstimos a terceiros, sempre ganhando quantias bastante superiores à inflação mensal.

II.3 — Princípio jurídico que veda o enriquecimento sem causa — Pressupostos e alcance

Diz Celso Sampaio, com a segurança dos grandes doutrinadores: “Em síntese, o enriquecimento ilícito consiste no ganho sem causa. O enriquecimento compreende não só o aumento original do patrimônio de um, como também todos os acréscimos e majorações supervenientes... Há, como se sabe, um princípio vedador do enriquecimento sem causa. Quando um se enriquece, outro se empobrece”.

No caso trazido à colação, é óbvio o enriquecimento ilícito dos Bancos requeridos, em detrimento dos titulares das contas judiciais. Estes, por imperativo

legal, já que hipossuficientes (menores, interditos, ausentes, etc.) não decidem em que Banco se fará o depósito ou em que tipo de aplicação; jamais discutem taxas de remuneração com os gerentes e não são informados, mês a mês, a quantas anda seu dinheiro. Quando perguntados, afirmam de chofre: "o meu dinheiro está na mão do Juiz". Logo, esse dinheiro confiado pela lei à ordem judicial não pode se diluir, minimizar, diminuir. Tampouco se o pode devolver, quando autorizado o resgate, sem a correção *pro rata*. Inteira aplicação, aqui, a "teoria da lógica do razoável", de Récasens Siches. Pode haver algo mais logicamente razoável do que os donos das contas judiciais receberem seu dinheiro — que foi confiado à tutela do Poder Judiciário, que é o único capaz de dizer o direito — na mesma quantidade e qualidade de quando depositado?

Por outro lado, os Bancos têm nas contas judiciais um verdadeiro maná para suas operações financeiras, posto que os valores que as integram são indisponíveis aos respectivos "beneficiários" e o seu resgate só se dá em condições especialíssimas. Portanto, esse dinheiro pode ser emprestado pelos Bancos a terceiros por longo prazo, aumentando sua margem de lucro. É cediço, então, que os Bancos não recebem o dinheiro dos depósitos judiciais e o encerram numa redoma de vidro, a fim de que o possam devolver, futuramente, tal e qual. Não é não. O dinheiro captado integra o patrimônio do Banco, que o faz circular, que o dá em empréstimos a terceiros, ganhando sempre além do maior índice sinalizador da inflação. Esse dinheiro gera novo dinheiro. Lucro sobre lucro.

O reverso da moeda, ante o exposto, não tem o mesmo valor. De um lado, o hipossuficiente, que não tem a disposição de seu próprio dinheiro, experimenta prejuízo a cada nova aventura econômica ditada pelo governo, que tenta derrogar a inflação escondendo-a embaixo do tapete da sociedade; de outro, o Banco, que, sem qualquer trabalho, recebe o depósito judicial e o utiliza no mercado financeiro, lucrando sempre, haja ou não inflação, notadamente quando a havendo não cuida de corrigir o numerário que usou.

O empobrecimento das pessoas que possuem conta judicial na Comarca, no período de janeiro de 1986 para frente como se mostrou no início da ação, é evidente. Igualmente notório, o locupletamento injusto dos Bancos acionados.

A respeito, Agostinho Alvim preleciona: "Por outro lado, é inquestionável que a condenação do enriquecimento injustificado é princípio geral de Direito, porque, com maior ou menor extensão ela tem sido recomendada por todos os sistemas, no tempo e no espaço".

Silvio Rodrigues, com a segurança que o distingue, esclarece: "O repúdio ao enriquecimento indevido estriba-se no princípio maior da equidade que não permite o ganho de um em detrimento de outro, sem uma causa que o justifique". E conclui o professor: "Com pequenas variações, os autores concordam quanto aos pressupostos necessários para o cabimento da ação denominada *in rem verso*. Entendem ser mister:

- I. um enriquecimento por parte do réu;
- II. um empobrecimento por parte do autor;
- III. a existência de uma relação de causalidade entre os dois fatos;
- IV. a ausência de causa que os justifiquem;
- V. inexistência de qualquer outra ação para socorrer a vítima".

Quem tem olhos de ver percebe, na questão discutida, a presença de todos os requisitos apontados pelo renomado doutrinador civilista.

Nem se argumente, por absurdo, que os Bancos não podem responder pelo "fato do príncipe", pagando correção ao dinheiro depositado quando o governo afirma, por leis, decretos ou medidas provisórias que não há inflação. A jurisprudência, com determinação tem, reiteradamente, afastado esse silogismo, porque sustentado em premissas falsas.

Veja-se:

"CORREÇÃO MONETÁRIA — Dívida de dinheiro — Atualização devida a vigência de plano governamental de reforma econômica se verificada a continuidade do processo inflacionário no período — Aplicação do princípio do nominalismo que importaria ofensa ao princípio da boa fé, propiciando enriquecimento sem causa...

Sempre que houver inflação, Juizes e tribunais levarão em conta o fato econômico, corrigindo os valores para evitar o enriquecimento sem causa do devedor (cf. julgado desta Câmara, no Boletim da AA-SP 1.646/160, 1.661/251, 1.683/73)...

Esta Câmara fixou orientação sobre o instituto da correção monetária *in judicio* (ou correção monetária como instrumento de Justiça), peculiar ao Direito, embora de origem econômica, ou oriundo de um conceito econômico (na medida em que é um mecanismo inerente ao processo inflacionário, de forma que só é possível conceber a inexistência de correção monetária se não existir inflação). Mas, como se tem registrado em alguns julgamentos (Ag. 435.190-6, 447.255-3, 450.918-0, esse é um processo econômico que não comporta controle legal. Não adianta que a autoridade econômica se utilize da lei para dizer que não existe inflação, se ela existir! Se existir, continua degradando a vocação de Justiça do Estado. É a mesma coisa quando a lei (ditada por interesse econômico) diz que não existe correção monetária, se existir inflação. Nesses casos, o Estado intervém, não no plano econômico, mas no plano judiciário impondo a correção monetária como antídoto de uma injustiça econômica". (TACivil-SP — Ap. 434.987-5 — rel. Juiz Sena Rebouças.)

E, prossegue a lição do ilustre Sena Rebouças:

"Tanto é "fato do príncipe" a intervenção do Estado na economia, alterando a moeda; lançando empréstimos compulsórios, confiscando o fluxo ou o estoque monetário; congelando preços e salários; como a emissão de papel-moeda sem lastro, com aumento da base monetária... Tudo isso é "fato do príncipe" ou intervenção do Estado na economia que, num País de regime intervencionista (não só pelo sistema constitucional — CF art. 174 — como pelo espírito nacional prevalente), é o mínimo a esperar. Somente uma pessoa ingênua (banqueiros, comerciantes e homens de negócios não são ingênuos por definição) contrata empréstimo de dinheiro ou faz qualquer outro negócio, neste País, admitindo a estabilidade da inflação, da moeda, do câmbio, de preços, salários, juros, etc. A possibilidade de alteração é a regra: a estabilidade a exceção. O risco do negócio é sempre um ponto mínimo no rol das possibilidades. Mas, por mínimo que seja, ele existe! É circunstância considerada em todo contrato (explícita ou implicitamente)".

Depreende-se, conseqüentemente, que as manifestações jurisprudenciais deixaram bem claro que o Poder Judiciário não pode — como agente restabelecedor da ordem jurídica violada pelas intervenções autoritárias do Estado na economia, mercê de planos e choques os mais descabidos — se postar como cúmplice do enriquecimento sem causa do governo ou dos agentes financeiros que tomam emprestado e depois devolvem — quando o fazem — quantias inferiores àquelas que

seriam devidas se corrigidas conforme a inflação. Mormente em se tratando de contas judiciais, haja vista que o Poder Judiciário é guardião de sua própria integridade.

II.4 — Posição jurisprudencial sobre o tema

Muitas vezes o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo foi chamado a decidir sobre a incidência de correção monetária nos depósitos bancários de natureza judicial.

E, em todas as oportunidades, entendeu a Corte Paulista, que a **correção monetária é devida**.

Veja-se:

“A ré recebeu um bem fungível. Como instituição financeira não o deixou depositado. Impôs-lhe circulação, com o que obteve lucro” (RJTJSP 125/94/95)

Ou:

“... No caso, não havia nenhuma impossibilidade para a incidência da correção monetária e se tratava de depósito judicial... Ademais, os depósitos, à evidência, não permanecem estáticos. O dinheiro circula, pela própria fluidez. E o dinamismo monetário trouxe à agravante possibilidade de reaplicação do numerário depositado. Dinheiro é, essencialmente, fungível. E, se aplicou, por certo o numerário, o fez corrigidamente. Se o devolver singelamente ao depositante, sem a correção monetária, surgiria, inclusive, o fenômeno do enriquecimento sem causa, à custa do empobrecimento do depositante que, ao final de tantos anos, receberia a importância não corrigida e, assim, completamente defasada, corroída pela inflação”.

(RJTJSP 96/271).

Mais:

“Realmente, num período de degeneração crônica da moeda, é imoral, injusto e ilegal receber um valor e devolver outro. A não atualização do valor depositado e seu pagamento sem juros importa em evidente enriquecimento sem causa, certo que o Banco aplicou esse dinheiro e o retorno sempre se faz com os rendimentos, de que aquela entidade não abre mão...”

(RT 651/62/63).

III — Da legitimidade passiva dos bancos

À toda evidência, uma vez que os Bancos demandados obtiveram vantagem indevida, ganho sem causa, em detrimento dos depositantes nas contas judiciais, devem responder, unicamente e no local do depósito, pelo ressarcimento destes.

Ouçá-se, a respeito, a voz soberana da jurisprudência:

“**CADERNETA DE POUPANÇA — RENDIMENTOS — AÇÃO CONTRA O DEPOSITÁRIO — LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO** — O banco é parte legítima para a causa, porquanto, em casos tais, o contrato de depósito vincula o depositário ao depositante. Formada assim a relação processual, dela não há de participar o Banco Central do Brasil, que, como terceiro alheio ao contrato, é mero agente de normas financeiras disciplinadoras ou regulamentadoras do mercado de capitais. Recurso especial conhecido e provido” (STJ — Ac. un. da 3.^a T., publ. em 28-10-91, RESP 11.830-PR — Rel. Min. Nilson Naves).

Ainda:

“**CADERNETA DE POUPANÇA — RESPONSABILIDADE DA UNIÃO POR ATOS LEGISLATIVOS — LEGITIMIDADE PASSIVA** — São legitimados, passivamente, para responder, em ação de natureza condenatória, pelo pagamento de diferenças de rendimentos em caderneta de poupança, unicamente as instituições financeiras nas quais os depósitos foram efetivados. A pessoa jurídica de direito público, seja a União Federal, por seu Conselho Monetário, seja o Banco do Brasil — por não ser parte na relação jurídica de direito material que deu origem ao litígio e por não responder pelos seus atos de natureza legislativa, não está legitimada a figurar no pólo passivo da relação processual” (TRF-4.^a R. Ac. un. da 2.^a T., publ. em 20-11-91 — Ap. Civ. 89.04.18406-1-RS — Rel. Juiz Teori Zavascki).

IV — Legitimidade do Ministério Público à ação civil pública

A ação civil pública surgiu em nosso ordenamento jurídico com o advento da Lei Federal n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, destinada à reparação e proteção dos interesses difusos, assim compreendidos os metaindividuais, pertinentes a titulares impossíveis de serem determinados.

Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, estendeu-se o cabimento da ação civil pública também para a tutela de interesses coletivos, que, igualmente, transindividuais, se distinguem daqueles já mencionados apenas em razão da possibilidade de identificação do grupo.

Diz a Lei Maior:

“Artigo 129:

São funções institucionais do Ministério Público:

III — promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

Agora, com a edição do Código do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990), o legislador desceu à conceituação:

“Artigo 81: ...

Parágrafo único:

A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

II — interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base”.

Os traços comuns a ambas as categorias apontadas são a “transindivisibilidade” e a “indivisibilidade” dos interesses de que tratam.

A propósito, de sobredita “indivisibilidade”, é J. C. Barbosa Moreira que, com a propriedade e clareza que lhe são peculiares, preleciona referirem-se os interesses coletivos ou difusos “a um bem (latíssimo senso) indivisível, no sentido de insuscetível de divisão (mesmo “ideal”), em quotas atribuíveis individualmente a cada um dos interessados. Estes se põem numa espécie de comunhão tipificada pelo fato de que a satisfação de um só implica por força a satisfação de todos, assim como a lesão a um só constitui, *ipso facto*, lesão da inteira coletividade (in *A legitimação para a defesa dos interesses difusos no direito brasileiro*, Revista Ajuris 32/82).

Oportuno, também, o magistério de Hugo Nigro Mazzilli sobre interesses coletivos, para quem “em sentido lato, englobam não só os interesses transindividuais indivisíveis (que o Código do Consumidor chama de interesses coletivos em sentido estrito), como também aqueles que o Código do Consumidor chamou de interesses individuais homogêneos. Estes últimos — arremata — caracterizam-se pela extensão divisível, ou individualmente variável, do dano ou da responsabilidade” (*Interesse Coletivo no Código de Defesa do Consumidor*, artigo publicado no jornal “O Estado de S. Paulo”, ed. 10.5.91, pág. 21).

Fornecidas tais considerações de ordem conceitual, mais fácil fica, sem dúvida, o deslinde da questão que se submete à sábia apreciação de Vossa Excelência.

De fato, a resposta quanto ao cabimento de ação civil pública, e conseqüente legitimidade do Ministério Público para a respectiva propositura, depende exclusivamente da resposta a outra indagação, que se segue: é “transindividual” e “indivisível” o interesse relativo à correção dos valores depositados nas contas judiciais conforme o índice real da inflação de janeiro de 1986 para frente? Com tal ação, não se estaria evitando o enriquecimento sem causa dos Bancos em detrimento dos depositantes, os quais, presumivelmente, acreditam que o Poder Judiciário, como fiador do depósito, vela pela integridade de suas contas?

Não nos parece admissível resposta outra que não a afirmativa.

No caso em exame, os interesses em destaque são os chamados “coletivos em sentido estrito”, previstos no artigo 81, II, do Código de Defesa do Consumidor, espécie do gênero interesses transindividuais indivisíveis, ao qual pertencem, também, os interesses difusos, disciplinados pelo artigo 81, I, do mesmo *Codex*.

Demonstrado, conquanto, que o interesse debatido é transindividual e indivisível, o cabimento de ação civil pública fica patenteado, sendo indiscutível que o Ministério Público é parte legítima para intentá-la, mesmo porque, no dizer de Édis Milaré, dela ele é titular “por excelência” (*A Ação Civil Pública na Nova Ordem Constitucional*, Ed. Saraiva, 1990, pág. 10).

V — Da liminar

A Lei n.º 7.347/85 diz em seu artigo 3.º: “a ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer”. E, no seu artigo 12: “poderá o Juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo”. No mesmo sentido o artigo 84, § 3.º, da Lei n.º 8.078/90: “sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao Juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu”.

Embora advirta, e com razão, o ilustre Paulo Affonso Leme Machado in *Ação Civil Pública (Ambiente, Consumidor, Patrimônio Cultural e Tombamento)*, Ed. Revista dos Tribunais, 1986, pág. 35, citado por José Geraldo Brito Filomeno, no sentido de que embora a Lei n.º 7.347/85 tenha previsto tanto a hipótese de medidas cautelares como ações cautelares que podem ter o mesmo escopo, não se confundem. Assim, “a medida liminar pode ser solicitada e deferida dentro da própria ação civil pública, ou, explicitamente, não é necessário que seja conhecida e concedida com processamento em autos em separado” e “já na ação cautelar, na pendência da ação principal ou antes dela, seu processamento deve ocorrer em autos em apartado”.

Assinala, a respeito, o festejado José Geraldo Brito Filomeno, Procurador de Justiça e Coordenador das Curadorias de Proteção ao Consumidor de São Paulo: “bem por isso é que intentamos, na esmagadora maioria dos casos, e observamos que outros colegas dos Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e o Federal igualmente assim procedem, propondo desde logo a ação civil pública com pedido de liminar, quando o caso certamente o exija” (*Ação Civil Pública — Consumidor: execução de liminares, medidas cautelares e sentenças*, “Justitia” 149, pág. 15).

Inteira aplicação, na hipótese, do princípio da economia processual.

Por pressuposto, não há qualquer dúvida quanto à permissão legal da concessão da liminar *inaudita altera pars* nas ações civis públicas.

VI — Do pedido

Ante o exposto, requer:

1 — Seja concedida liminar *inaudita altera pars*, haja vista que presentes os pressupostos legais: fumaça do bom direito e perigo da demora, determinando-se:

a) sejam os Bancos requeridos (Banespa e Caixa) notificados para, em 30 dias, corrigirem monetariamente todas as contas judiciais desta Comarca (inclusive as abertas antes ou depois de janeiro de 1986 e que já tenham sido encerradas, mas que não receberam a correção integral algum mês posterior àquele, ou que não tiveram correção *pro rata* até o dia do saque), de janeiro de 1986 até esta data, sempre que a remuneração dos depósitos tenha sido menor que o índice de inflação calculado com fundamento no IPC. Nos meses de junho de 1987, janeiro de 1989, março, abril e maio de 1990, a correção monetária será feita, respectivamente, nos seguintes percentuais: 26,06 — 70,28 — 84,32 — 44,80 e 7,87, devendo os requeridos desconsiderar a correção menor que promoveram nos mesmos períodos. Depois da correção real, os Bancos deverão depositar os valores corrigidos mês a mês, inclusive com juros legais capitalizados nas respectivas contas dos titulares, mas utilizando um código que distinga os valores recém-depositados dos antigos, mantendo-os à disposição do Juízo, a fim de que se os possa resgatar, julgada procedente a ação;

b) sejam notificados os Bancos demandados, ainda, para, naquele prazo, informarem ao Juízo, individualizando-as, o número de cada conta, a data de abertura, o nome do depositante, os valores atuais (ou o valor na data do resgate, tendo sido a conta encerrada após janeiro de 1986) em depósito e os valores a serem acrescidos conforme a decisão liminar;

c) sejam notificados os Bancos acionados, finalmente, para que, doravante, quando do resgate dos valores depositados em conta judicial, corrijam os respectivos saldos *pro rata* até o dia do efetivo saque.

2 — A procedência da ação, condenando os Bancos a corrigirem as contas conforme postulado no item VI-1, “a” desta, com o depósito dos respectivos valores, ou, se já depositados, liberando-os a favor dos titulares das contas, bem assim condenando-os a recomponem, monetariamente, daqui para frente, todas as contas judiciais de acordo com o índice real de inflação (baseado no IPC, ou outro que o substituir), mais os juros legais, além de corrigi-las *pro rata* até o dia do eventual resgate do valor depositado; respondendo, os acionados, pelos ônus próprios da sucumbência.

3 — A citação dos Bancos requeridos, através de seus representantes legais, nos endereços inicialmente apresentados, para que venham responder à presente ação, querendo e lhes convindo, pena de revelia, após a concessão da liminar pleiteada.

4 — Provar o alegado por todos os meios permitidos em direito.

Em se tratando de ação de defesa dos interesses dos titulares de contas judiciais, coletivamente considerados, e, por conseguinte, inestimáveis, dá-se à causa o valor de Cr\$ 10.000,00, para os efeitos legais.

Nestes termos, com a juntada dos inclusos documentos,

P. Deferimento.

Ibitinga, 25 de junho de 1992

PROCESSO N. 615/92 (Seção Civil)

Ação civil pública

Vistos

1 — Cabível, em tese, na ação civil pública, o deferimento de mandado liminar *inaudita altera pars*, desde que existentes os pressupostos autorizadores da medida excepcional, nos termos do artigo 12, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985.

2 — Na hipótese vertente encontram-se presentes, no meu entender, aqueles requisitos. Afigura-se patente, em princípio, a plausibilidade jurídica da pretensão deduzida em juízo, haja vista a judiciosa explanação inserta pelo Dr. Promotor de Justiça na **causa petendi**, cuja transcrição dispense, ancorada em farta jurisprudência e em doutrina específica atinente à matéria objeto do litígio.

3 — De outro lado, reconheço também o **periculum in mora**. Não duvido venham a ter os réus instituições tradicionais, com larga folha de bons serviços prestados à coletividade, condições de, se eventualmente vencidos na ação, depositar nas contas judiciais as diferenças em cruzeiros apuradas na liquidação do julgado. Assenta-se, o perigo da demora, em outro fator.

4 — Objetiva a ação, dentre outros pedidos, compelir os réus ao pagamento correto, sob o ponto de vista do autor, da atualização monetária, mês a mês, desde janeiro/86, incidente sobre as contas judiciais existentes ou que, no período, existiram na comarca (municípios de Ibitinga, Tabatinga e Jacanga), bem como ao pagamento, a partir daquela época, da correção **pro rata die**, naquelas em que houve saque em data diversa do chamado “aniversário”. Ora, ao longo desse período (mais de seis anos), inúmeras contas judiciais foram encerradas em virtude de saques autorizados pelo juízo. Muitas outras terão destino idêntico, até o trânsito em julgado da decisão final a ser proferida neste feito. A questão não poderá aqui ser conduzida. Está afeta ao que for resolvido em cada processo onde há depósito de importância em dinheiro.

5 — É cediço que, ao ser encerrada, a conta judicial deixa de figurar nos extratos periódicos emitidos pelos sistemas de computação dos réus. Após determinado período os documentos a ela relativos são inutilizados, impossibilitando mesmo simples informação sobre sua existência. Assim funciona o sistema, como é do conhecimento daqueles que militam na justiça estadual. Se não deferida a liminar, caso obtenha sucesso a ação proposta — o que coloco para argumentar — certamente não haverá sequer vestígio, na ocasião, de parte das contas judiciais encerradas, sofrendo os respectivos titulares dano irreparável. A enorme e muitas vezes intransponível dificuldade, inegavelmente enfrentada por advogados, promotores de justiça e juízes, sempre que solicitam ou requisitam dos réus informações completas (datas e valores dos depósitos iniciais, dos créditos mensais e dos saques) referentes às contas judiciais encerradas há alguns anos, autoriza tal conclusão.

6 — É certo, reconheço ainda, que para a mera proteção dos registros das contas judiciais e respectivos valores, bastaria a intimação dos réus para mantê-los em seus arquivos, até o deslinde do litígio. Todavia, da forma em que a liminar foi pleiteada, nada obsta seja deferida na íntegra, até porque a medida facilitará e agilizará em muito a execução da sentença, se procedente vier a ser considerada a ação civil pública. Não intenciona, o autor, o levantamento imediato, pelos titulares, dos depósitos complementares que desde logo serão efetuados em cada uma das contas. Ao contrário, almeja permaneçam as importâncias acrescidas imunes a saques até o julgamento final. Via de conseqüência, em verdade os réus sequer sofrerão efetivo prejuízo patrimonial com a medida liminar, porquanto, inobstante os créditos que estarão compelidos a contabilizar, terão durante o processo plena disponibilidade operacional das importâncias creditadas. O custo para implantação e controle das cifras bloqueadas será insignificante, pois certamente haverá o aproveitamento da estrutura informatizada por eles hoje operada.

7 — Pelo exposto, **defiro a liminar** requerida pelo órgão do Ministério Público, determinando cumpram os réus, no prazo de trinta dias, o contido no item VI, número “1”, alíneas “a”, “b” e “c” da petição inicial. Na informação prevista na alínea “b”, as contas serão relacionadas em ordem numérica crescente, acrescentando-se, além dos dados pretendidos pelo autor, o valor inicial do depósito. Os créditos realizados em obediência à alínea “c” também permanecerão bloqueados, até o julgamento final da ação. Após a intimação dos réus do deferimento da liminar, sejam citados para os fins e efeitos legais, com as cautelas de praxe. Expeça-se, para tanto, a necessária carta precatória. Int.

Ibitinga, 26 de junho de 1992

José Maurício Garcia Filho, Juiz de Direito